

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João  
2 – CBHLSJ. Ao nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas,  
3 iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*), tendo como pauta,  
4 após retificação, os seguintes assuntos: **1 - Aprovação das Atas de reuniões dos dias**  
5 **10/02/2021 e 06/04/2021 (Fórum Eleitoral); 2 - Aprovação do Calendário de**  
6 **Reuniões 2021; 3 - Aprovação da minuta de alteração da Resolução 104/2019**  
7 **(percentual para contratação dos projetos básicos, executivos e fiscalização das**  
8 **obras de saneamento) - Inclusão dos municípios de Saquarema, Casimiro de Abreu**  
9 **e adequação do valor do projeto Cabo Frio; 4 - Aprovação das minutas de**  
10 **resoluções de arte de pesca (gancho e barragem) na Laguna de Araruama; 5 -**  
11 **Aprovação da minuta que regulamenta a aplicação de recursos financeiros do**  
12 **CBHLSJ no montante de R\$ 95.620,44 (noventa e cinco mil, seiscentos e vinte reais**  
13 **e quarenta e quatro centavos) para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de**  
14 **Araruama (alimentação, combustível, óleo lubrificante e pequenos reparos); 6 -**  
15 **Aprovação da minuta que aprova a aplicação de recursos financeiros do CBHLSJ**  
16 **no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para armazenagem de embarcação**  
17 **em marina especializada; 7 - Aprovação de previsão orçamentária da ordem de**  
18 **300 mil para estudos de monitoramento do rio Una, seus afluentes e sua área**  
19 **estuarina; 8 - Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes,  
20 conforme comprovação de presença: Sr. Jorge Ferreira de Souza (EMATER-RIO); Sra.  
21 Ana Paula Araújo Pereira (FIPERJ); Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho  
22 (FIPERJ); Sr. Carlos Tibáo (INEA); Sr. Artur Barroso Bago (SEDEC); Sr. Luiz  
23 Fernando Nunes Shinkado (SEDEC); Sr. Bernardo Corty (P.M. Armação dos Búzios);  
24 Sra. Keila Ferreira da Silva (P.M. Arraial do Cabo); Sr. Juarez Marques Lopes (P.M.  
25 Cabo Frio); Sr. Mario Flavio Moreira (P.M. Cabo Frio); Sr. João Paulo Arruda (P.M.  
26 Iguaba Grande); Sra. Monique Abrantes (P.M. Rio das Ostras); Sr. Murilo Balbino  
27 (P.M. Rio Bonito); Sra. Daiana Cabral (P.M. São Pedro da Aldeia); Sr. Arnaldo Villa  
28 Nova (Associação Viva Lagoa); Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (Associação Viva  
29 Lagoa); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva (AMEAS); Sra. Rafaela de Carvalho  
30 Siqueira (Associação Raízes); Sr. Judson da Cruz Lopes da Rosa (Associação Raízes);  
31 Sr. Osni Guaiano (IEMAR); Sra. Paloma Arias Ordiales (IEMAR); Sra. Dalva Rosa  
32 Mansur (IPEDS); Sra. Sandra Bárbara de Souza (IPEDS); Sra. Kátia Regina Martins  
33 (MOMIG); Sra. Margoth Silvana da Silva Cardoso (OAB – Iguaba Grande); Sr.  
34 Manildo Marcião de Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sra.  
35 Nathália Salustiano Vieira Bragança (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sra.  
36 Amanda Mendes Bulhões Barbosa (PROLAGOS); Sr. Rogério Góis Marão (Dois  
37 Arcos/Tosana); Sra. Dulce Tupy Caldas (Colônia Z-24/Saquarema); Sr. Leandro  
38 Coutinho Mattos (Colônia Z-29/Iguaba Grande); Sr. Jorge Carmo Mello (ALA); Sra.  
39 Irene Alves de Mello (ALA); Sr. Ricardo Fernando Guadagnin (FIRJAN); Sr. Gilton  
40 Souza de Luna (STTR-CF); Sr. Fábio Vinícius Feitosa de Albuquerque (TOSANA); Sr.  
41 Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sra. Adriana Saad (CILSJ);  
42 Sra. Marianna Cavalcante (CILSJ); Sra. Jéssica Berbat (CILSJ); Sra. Samara Miranda  
43 (CILSJ); Sra. Rafaela Machado (PESCARTE-CF); Sr. Carlos Russo (PESCARTE-CF);  
44 Sra. Vanda Thomé (PESCARTE-CF); Sra. Patrícia (PESCARTE-CF); Sra. Naête Reis  
45 (PESCARTE-CF); Sr. Valério Docílio (PESCARTE-CF); Sr. Marcos Vinícius  
46 (ouvinte); Sr. Davi Ohana (ouvinte); Daniele Catanhandê (ouvinte); Zélia Maciel  
47 (Associação Raízes); Sra. Maria Elena Olivares (Associação Raízes); Sr. Cássio Villani  
48 (Associação Raízes); Sr. Felipe Liberato (PROLAGOS); Sra. Thaís Gonçalves  
49 Saggiomo (PEA-FOCO); Sra. Mônica Casarin (Conselho Municipal de Meio Ambiente

50 de Armação dos Búzios). O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Pimenta, iniciou a  
51 reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, abordou-se o primeiro item de  
52 pauta, sobre a aprovação das minutas de Atas de reuniões dos dias 10/02/2021 e  
53 06/04/2021 (Fórum Eleitoral). Ao final da leitura da minuta da Ata do dia 10/02/2021, o  
54 Sr. Eduardo Pimenta solicitou que o Sr. Leandro Coutinho, atual Secretário Executivo  
55 do CBH-LSJ, se pronunciasse a respeito da Nota de Avaliação do segundo ano do  
56 Contrato de Gestão INEA n° 01/2017, atribuída ao Consórcio Intermunicipal Lagos São  
57 João (CILSJ) no exercício de funções de Agência de Água, no período em que o mesmo  
58 esteve como Presidente do Comitê. E que, em seguida, falasse sobre a retomada da  
59 dragagem da laguna de Araruama, a qual estava sendo tratada com o Secretário de Meio  
60 Ambiente do Estado e com a SUPLAJ/INEA de Araruama. O Sr. Leandro Coutinho  
61 externou que a Nota da Avaliação era mérito do trabalho integrado entre a Diretoria  
62 Colegiada do CBHLSJ e a Entidade Delegatária. Aproveitou para parabenizar a todos,  
63 inclusive os integrantes da Plenária, pelo empenho. Acrescentou que esse resultado era  
64 importante para a continuidade do trabalho que tem sido feito, uma vez que estavam  
65 começando a colher seus frutos, com o andamento dos projetos aprovados. Com relação  
66 à situação da dragagem, informou que o assunto foi tratado em uma reunião entre a  
67 Diretoria do CBHLSJ e o Secretário de Meio Ambiente do Estado, que aconteceu no  
68 final do ano de 2020, onde foi cobrado um posicionamento sobre o assunto. Contudo,  
69 aguardavam uma nova agenda do Secretário para retomar a discussão. Sem mais  
70 comentários, a minuta da Ata da reunião do dia 10/02/2021 foi colocada para  
71 aprovação. A mesma foi aprovada sem ressalvas. Passou-se para a leitura da minuta de  
72 Ata de reunião do dia 06/04/2021. Ao final da leitura, o Sr. Eduardo Pimenta abordou a  
73 solicitação de esclarecimentos sobre o cenário das propostas de investimentos para o  
74 ano corrente e para o próximo ano, conforme lavrado na minuta de Ata lida, pedindo  
75 para que a Secretária Executiva do CILSJ, Sra. Adriana Saad, comentasse sobre o  
76 assunto, considerando os ajustes que a Secretaria Executiva teve que passar para se  
77 adequar aos novos Presidentes do Comitê e do CILSJ. Fato este que resultou em um  
78 atraso relativo, porém não significativo. Requisitou, também, manifestações dos  
79 membros sobre a aprovação ou não da minuta de Ata. A Sra. Adriana Saad  
80 contextualizou a apresentação do Relatório Anual do Contrato de Gestão n°01/2017,  
81 informando que o mesmo já havia sido encaminhado à Diretoria Colegiada do Comitê e  
82 à Comissão de Avaliação, composta pelo INEA, SEA E CERHI. Acrescentou que o  
83 CILSJ obteve um conceito “Bom” e a indicação de continuidade no exercício de  
84 funções de Agência de Água. Contudo, o Comitê tinha o grande desafio de cumprir a  
85 meta de desembolso de no mínimo 70% do recurso que está em conta, até o dia 31 de  
86 dezembro de 2021. Por esse motivo, a equipe do CILSJ estava trabalhando em alto nível  
87 de produtividade, com toda dedicação e segurança, para cumprir as metas e atender os  
88 objetivos do Comitê. Logo depois, abordou a situação dos projetos, os quais estavam  
89 com seus respectivos recursos na conta do CILSJ: I. os projetos de saneamento dos  
90 municípios de São Pedro da Aldeia e Rio das Ostras foram licitados e encontravam-se  
91 no gabinete do Presidente do CILSJ, para aprovação do início das obras. Porém, ele e  
92 sua equipe fizeram questionamentos quanto ao processo de licitação, visto que estavam  
93 acostumados, como Prefeitura, com a LEI n° 8.666/93 (atualizada pela LEI n°  
94 14.333/2021), a qual rege a licitação para esses órgãos. Entretanto, as Entidades  
95 Delegatárias de funções de Agência de Água são regulamentadas pela Resolução INEA  
96 n° 160/2018 e essas legislações, apesar de suas semelhanças, possuem algumas  
97 diferenças; II. os projetos de saneamento dos municípios de Armação dos Búzios e  
98 Iguaba Grande e o de Monitoramento dos Corpos Hídricos da RH-VI estavam

99 aguardando liberação do Presidente para licitar, pois o mesmo solicitou que todos os  
100 projetos, antes de serem licitados, deveriam passar por ele para análise e possíveis  
101 contribuições; III. os projetos de Assessoria de Comunicação e Auditoria Externa já  
102 haviam sido liberados para iniciar o processo de licitação; por fim, IV. os projetos de  
103 saneamento dos demais municípios estavam com os respectivos escopos prontos e  
104 encontravam-se no Setor Administrativo do CILSJ para os devidos andamentos e  
105 posterior encaminhamento ao gabinete do Presidente. Finalizou, informando que,  
106 conforme prometido, iria disponibilizar aos membros do Comitê a tabela com o  
107 cronograma de andamento de todos os projetos aprovados, a mesma que é enviada ao  
108 INEA e ao Ministério Público, para acompanhamento. O Sr. Eduardo Pimenta  
109 agradeceu pelos esclarecimentos, reiterando que o Comitê passou por um processo de  
110 reordenamento e adequação, o que era muito comum no início de uma nova gestão.  
111 Comentou que isso demandou a construção de confiabilidade e de ética e moral,  
112 processo este que contou com a participação efetiva da Secretária de Meio Ambiente de  
113 São Pedro da Aldeia, Sra. Raquel Trevizan, dele mesmo, como presidente do Comitê,  
114 do Secretário Executivo do CBHLSJ, Sr. Leandro Coutinho, da Sra. Adriana Saad e da  
115 Assessoria Jurídica do CILSJ, na pessoa da Sra. Aline Coutinho. A Sra. Adriana Saad  
116 aproveitou este momento para falar sobre o Edital de Seleção de Pessoal para os cargos  
117 de Analista Técnico, Assistente Administrativo e Jovem Aprendiz, para atendimento ao  
118 CBHLSJ. Elucidou que o Processo foi paralisado devido à pandemia e aos  
119 questionamentos do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA-RJ).  
120 Contudo, após a análise do Setor Jurídico, a mesma foi retomada e, inclusive, estava  
121 aberta para novas inscrições, com a aplicação das provas prevista para o dia 20 de junho  
122 de 2021. O Sr. Eduardo Pimenta retomou, externando sobre a importância do  
123 monitoramento dos corpos hídricos da RH-VI, tendo em vista que, como já se vinha  
124 primando na gestão passada, a atual gestão irá reforçar o conceito de que todas as  
125 decisões serão fundamentadas e subsidiadas por pareceres técnico-científicos,  
126 considerando sempre o conhecimento empírico, visando o alcance de um maior grau  
127 assertivo. Ratificou a fala da Sra. Adriana Saad, reforçando que os demais projetos de  
128 saneamento estavam com seus respectivos escopos elaborados e encontravam-se no  
129 setor administrativo. Noticiou que, mensalmente, será encaminhada para todo o  
130 colegiado do Comitê uma tabela dos projetos, com seus respectivos estágios de  
131 andamento, mantendo a transparência de suas ações. Destacou que, uma vez que as  
132 questões fossem ajustadas, os projetos iriam avançar no seu tempo normal, com a  
133 estabilidade jurídica necessária. Sem mais comentários sobre o assunto, a minuta de  
134 ATA da reunião do dia 06/04/2021 foi aprovada. Seguiu-se para a aprovação do  
135 Calendário de Reuniões de 2021. O Sr. Eduardo Pimenta informou que o Calendário  
136 estava sujeito a alterações, de acordo com a necessidade de cada instância. Citou o caso  
137 do Subcomitê da Lagoa de Saquarema, a qual estaria sob a liderança da Sra. Edna  
138 Calheiros, que solicitou o adiamento de sua reunião devido a um confronto de datas.  
139 Comentou que a mesma, juntamente com o Sr. Emídio Fernandes, estava trazendo a  
140 proposta de uma atuação mais colegiada dentro da diretoria do próprio Subcomitê, e que  
141 essa ideia poderia ser replicada para os demais subcomitês, em um segundo momento.  
142 A Sra. Jéssica Berbat, do CILSJ, apresentou o Calendário e atentou que haviam algumas  
143 datas marcadas com asteriscos, em razão de estas terem sofrido alterações, considerando  
144 o calendário original. Acrescentou que era preciso definir uma nova data para a reunião  
145 do Subcomitê da Lagoa de Saquarema que havia sido adiada. O Sr. Eduardo Pimenta  
146 questionou aos membros presentes se havia alguma consideração a ser feita sobre o  
147 Calendário. A Sra. Rafaela Siqueira, da Associação Raízes, questionou sobre as

148 próximas datas de reuniões do Grupo de Trabalho sobre Transposição. O Sr. Eduardo  
149 Pimenta respondeu que não havia uma definição de data para esta instância, visto que  
150 foram levantados vários pontos que seriam esclarecidos ao final da reunião, em  
151 “Assuntos Gerais”. Completou que seria aberto um processo licitatório para contratar  
152 um estudo para dirimir as dúvidas ou questões levantadas, no que tange o Mangue de  
153 Pedra, à saúde ambiental da Praia Rasa e a Marina, em Armação dos Búzios. O Sr.  
154 Fernando Shinkado, da SEDEC, questionou se era no Subcomitê do Rio São Joao que  
155 seriam tratados os assuntos referentes à barragem de Juturnaíba. A Sra. Adriana Saad  
156 respondeu que sim. Não havendo mais colocações por parte dos membros, o Calendário  
157 foi aprovado. O Sr. Bernardo Corty, da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios,  
158 questionou se o Termo de Referência (TR) da licitação que irá contratar o estudo sobre  
159 a Praia Rasa e o Rio Una, conforme citado pelo Sr. Eduardo Pimenta, será  
160 disponibilizado previamente à Plenária, para que os mesmos possam avaliar as  
161 condições de contratação. O Sr. Eduardo Pimenta confirmou que o documento será  
162 disponibilizado aos membros assim que for finalizado. Além disso, afirmou que o  
163 documento passará pela avaliação do INEA, conforme pleito da Diretoria do Comitê. O  
164 Sr. Bernardo Corty questionou se os membros poderão opinar, como Plenária, na  
165 construção deste TR, antes da abertura de edital para licitação. O Sr. Eduardo Pimenta  
166 esclareceu que, antes da abertura do edital, será feita uma consulta ao INEA e aos  
167 membros do Comitê, visando construir um Edital que atenda todos os pleitos. A Sra.  
168 Adriana Saad elucidou que o TR não poderia disponibilizado aos membros, a fim a se  
169 evitar favorecimentos, considerando que tal documento contemplaria questões  
170 administrativas. Dessa forma, o documento a ser disponibilizado seria o Escopo Técnico  
171 do projeto. Contudo, a construção do mesmo encontrava-se atrasada, devido à inclusão  
172 da modelagem no escopo. Concluiu, dizendo que assim que o documento for finalizado,  
173 será encaminhado à Câmara Técnica de Monitoramento, para análise e  
174 complementação. O Sr. Eduardo Pimenta inteirou que nem a Diretoria tinha acesso ao  
175 TR. O Sr. Bernardo Corty questionou se havia alguma instância do Comitê responsável  
176 pela parte de licitação. A Sra. Adriana Saad respondeu que o processo licitatório era  
177 uma atribuição da Secretaria Executiva, como Entidade Delegatária, apenas. Com o  
178 esclarecimento das dúvidas, seguiu-se para o terceiro item de pauta, que tratava da  
179 aprovação da Resolução que alterava a Resolução CBHLSJ n° 104/2019. Após a leitura  
180 da minuta da Resolução, a Sra. Adriana Saad explicou que a Resolução CBHLSJ n°  
181 104/2019 viabilizou a utilização de 5% (cinco por cento) do recurso de saneamento de  
182 cada município para a contratação dos projetos básicos, executivos e fiscalização das  
183 obras dos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro  
184 da Aldeia, Silva Jardim, Iguaba Grande, Rio das Ostras e Araruama, para atender à  
185 exigência do processo licitatório. Entretanto, como os municípios de Casimiro de Abreu  
186 e Saquarema não constavam nesta resolução, não foi possível utilizá-la para a  
187 contratação dos serviços citados para estes municípios. Diante do exposto, o Setor  
188 Jurídico do CILSJ orientou que fossem retirados os nomes de todos os municípios, pois,  
189 dessa forma, ficaria uma resolução que abarcaria todos os projetos de saneamento. O Sr.  
190 Mario Flavio, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, pediu esclarecimento sobre a  
191 forma como foi descrito o item de pauta, no ofício de convocação da reunião, pois não  
192 estava claro, ainda. A Sra. Adriana Saad explicou que a pauta informava a inclusão dos  
193 municípios faltantes. Porém, sua sugestão seria que não fosse colocado nome de  
194 nenhum município em específico nesta resolução de alteração, para evitar mudanças  
195 futuras. Desta forma, esta resolução poderia ser aplicada a todos os municípios da bacia.  
196 Além disso, a resolução em questão irá abarcar o montante complementar do recurso de

197 saneamento aprovado para o município de Cabo Frio, através da Resolução CBHLSJ n°  
198 136/2020, permitindo, assim, o desconto de 5% em cima do montante total. O Sr. Mario  
199 Flavio externou que nominar a Resolução resultaria na reincidência do erro da anterior.  
200 A Sra. Adriana Saad destacou que, dessa forma, a resolução anterior não seria  
201 suspensa, haja vista que a mesma já foi utilizada para contratações. Diante das  
202 dúvidas expostas, sugeriu retirá-la de pauta e retornar ao jurídico, para buscar melhores  
203 esclarecimentos. A Sra. Marianna Cavalcante, do CILSJ, reiterou que a Resolução  
204 proposta não estava revogando a Res. 104/2019, somente alterando-a. Como foi falado  
205 anteriormente, não estavam todos os municípios da RH VI contemplados, apenas  
206 aqueles para os quais foram aprovados recursos de saneamento em 2019. Porém, em  
207 2020, o Comitê aprovou recursos de saneamento para outros municípios e o CILSJ  
208 ficou impossibilitado de contratar projeto básico e executivo para estes, uma vez que a  
209 resolução que tratava do percentual para essa finalidade não contemplava tanto o valor  
210 adicional aportado para Cabo Frio, quanto os demais municípios citados. Por essa razão,  
211 foi apresentada a proposta dessa nova resolução, que iria alterar a anterior e aprovar os  
212 5% para a contratação do projeto básico, executivo e fiscalização para qualquer obra de  
213 saneamento na RH VI. O Sr. Mario Flavio expos que a resolução não estava clara e que  
214 era preciso especificar em seu objeto que iria viabilizar a utilização do percentual em  
215 todas as obras de saneamento, em todos os municípios da bacia hidrográfica. Posto isso,  
216 foram feitas alterações na redação da resolução, conforme observação do Sr. Mario  
217 Flavio. Logo depois, foi solicitado que os membros presentes manifestassem, via *chat*,  
218 sobre a aprovação da Resolução com as alterações. A mesma foi aprovada pela maioria  
219 dos membros presentes. Passou-se para a aprovação das resoluções que criavam as  
220 Comissões das artes de pesca de Gancho e de Barragem, na Laguna de Araruama. O Sr.  
221 Leandro Coutinho destacou que tais resoluções iriam retornar à Câmara Técnica de  
222 Pesca e Aquicultura (CT PESCA), para apreciação dos membros. A Sra. Adriana Saad  
223 corroborou, explicando que na última reunião da Câmara Técnica Institucional Legal  
224 (CTIL), o Sr. Emídio Fernandes, que no presente momento era o Coordenador desta CT,  
225 fez algumas considerações nas minutas, as quais já foram sanadas pelo Jurídico do  
226 CILSJ. Sendo assim, as mesmas retornariam à CT PESCA, para apreciação dos  
227 membros. Sugeriu, então, que fossem retiradas da pauta da reunião. Visto isso, o Sr.  
228 Eduardo Pimenta solicitou a exclusão das resoluções da pauta da reunião. Prosseguiu-  
229 se, então, para o quinto item de pauta, sobre a aprovação resolução que regulamentava a  
230 aplicação de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 95.620,44 (noventa e  
231 cinco mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos) para Auxílio à  
232 Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama (alimentação, combustível, óleo  
233 lubrificante e pequenos reparos). O Sr. Eduardo Pimenta contextualizou que a  
234 fiscalização estava em curso e diversas ações estavam sendo realizadas. Comentou que  
235 recebeu manifestações de presidentes de colônias de pescadores, que foram abordados  
236 por pescadores que tiveram seus apetrechos de pesca apreendidos e/ou o  
237 encaminhamento de boletim de ocorrência. Que, infelizmente, sempre tem um grupo  
238 que não pratica a pesca responsável. Observou que se sensibilizava com o momento  
239 difícil em que a economia do país se encontra atualmente, que levava muitas pessoas a  
240 maximizarem essa prática não responsável. Apesar disso, nenhum presidente de colônia,  
241 tanto oceânica como lagunar, se manifestou contrário à fiscalização. O Sr. Leandro  
242 Coutinho relatou a alta produção pesqueira que a lagoa vem apresentando, como  
243 consequência das ações de fiscalização e da criação do período de defeso, as quais  
244 tiveram amplo apoio do CBHLSJ. E que essas ações eram de grande importância, visto  
245 que havia pessoas, que não eram pescadores e que se infiltravam entre os pescadores, e

246 mesmo alguns pescadores que não praticavam a pesca responsável. O Sr. Eduardo  
247 Pimenta completou que o objetivo era “estar presente” o ano inteiro, e não somente no  
248 período do defeso. Pois se entendia que, com a presença constante das guardas  
249 ambientais e marítimas dos municípios, seriam inibidos atos mais danosos para o meio  
250 ambiente, bem como o prejuízo para o pescador, com a apreensão dos seus apetrechos  
251 de pesca, e desdobramentos dos boletins de ocorrência. Em seguida, passou a palavra  
252 para o Sr. Paulo Arruda, da Prefeitura Municipal de Iguaba Grande, que foi eleito como  
253 Coordenador das operações de fiscalização das Guardas ambientais e marítimas dos  
254 municípios abrangidos pela lagoa de Araruama. O Sr. Paulo Arruda externou que a  
255 fiscalização atuava, tanto na terra como no mar, em todos os cinco municípios do  
256 entorno da Lagoa, 24 (vinte e quatro) horas por dia. E que algumas pessoas associavam  
257 o fato da equipe não estar dentro d’água, com não ter fiscalização. Elucidou que quando  
258 a equipe não estava em ações marítimas, estava na terra, fazendo levantamento de  
259 pessoas que estariam burlando a fiscalização e sua localização. Continuou, explanando  
260 sobre a apreensão de uma rede que estava na água fora do período permitido, em Arraial  
261 do Cabo, na qual foram confiscados cerca de 600 (seiscentos) quilos de peixe, que  
262 foram doados para o Morro da Cabocla. Isso porque, para cada área da Lagoa, existem  
263 horários para a colocação e retirada das redes, regulamentados pela Instrução Normativa  
264 MPA/MMA n° 002/2013, e que o desrespeito aos horários resultava em problemas,  
265 como o apodrecimento do pescado devido a demora na remoção das redes. O Sr.  
266 Eduardo Pimenta agradeceu pela contextualização do Sr. Paulo Arruda, e destacou a  
267 colocação feita via *chat* pela Sra. Patrícia, do Projeto Pescarte, na qual ressaltou que  
268 toda fiscalização era importante, desde que sem truculência, uma vez que a Laguna era  
269 o local de vida e trabalho de muitas famílias da classe pesqueira. Completou que, com a  
270 presença da fiscalização o ano inteiro, serão minimizados os impactos negativos, tanto  
271 ambientais quanto sociais. O Sr. Jorge Ferreira, da EMATER, questionou, via *chat*, se  
272 havia fiscalização no período noturno, em todos os municípios envolvidos. O Sr. Paulo  
273 Arruda respondeu que as fiscalizações eram feitas em diferentes períodos do dia,  
274 inclusive no período noturno, em todos os municípios banhados pela lagoa de  
275 Araruama. Reforçou que quando a equipe não estava na água, estava fazendo  
276 levantamento, trabalhando 24 (vinte e quatro) horas por dia. Devido ao questionamento  
277 do Sr. Fernando Barbosa, do Clube Náutico de Araruama, feito via *chat*, sobre o horário  
278 de colocação das redes na Lagoa de Araruama, o Sr. Eduardo Pimenta solicitou o envio  
279 da Instrução Normativa MPA/MMA n° 002/2013, que regulamenta o ordenamento  
280 pesqueiro para este corpo hídrico, a todos os membros da Plenária. Continuou,  
281 comentando que o Vereador Alexandre Marques, integrante da Colônia de Pescadores  
282 de Cabo Frio, assistido remotamente pela CT Pesca, Presidência e Secretária Executiva  
283 do Comitê, protocolou no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
284 (MAPA) o documento que pedia celeridade na revisão do período de defeso para o  
285 camarão na Lagoa de Araruama. Comentou, também, que o Sr. Cadu Villaça, segunda  
286 pessoa de frente das discussões sobre a pesca no Governo Federal e no MAPA, havia  
287 questionado se o pleito do Comitê estava alinhado ao projeto REBYC. Em resposta ao  
288 questionamento, afirmou que o Comitê estaria plenamente alinhado ao projeto e que o  
289 documento encaminhado pela CT pesca trazia a mesma proposição que foi homologada  
290 e encaminhada para o novo marco regulatório da pesca do camarão em todo o território  
291 nacional, em águas interiores e, no caso do RH VI, na lagoa de Araruama, não havendo  
292 discordâncias. Desse modo, era esperado que tivesse maior celeridade para a ocorrência,  
293 ainda este ano, dessa revisão antes do início do período de defeso. As Sras. Mariana  
294 Botelho, da FIPERJ, e Naête Reis, do Projeto Pescarte, solicitaram, via *chat*, que fosse

295 encaminhado o documento que foi protocolado pelo Sr. Alexandre Marques junto ao  
296 MAPA. O Sr. Eduardo Pimenta informou que enviaria o documento ao CILSJ, para  
297 replicá-lo às mesmas. Elucidou, ainda, que tal demanda era um pleito do Sr. Francisco  
298 Guimarães que, naquele momento, passava por uma situação de saúde familiar delicada,  
299 o que justificava sua ausência. Aproveitou este momento para manifestar sua estima de  
300 melhoras. A Sra. Rafaela Siqueira questionou, via *chat*, se havia um descritivo dos  
301 gastos com a fiscalização. O Sr. Eduardo Pimenta externou que existe uma planilha com  
302 os gastos das ações em curso e poderia apresentá-la à Plenária, caso necessário. Além  
303 disso, o CILSJ e o INEA acompanhavam o Comitê em relação a esse tema. Logo  
304 depois, foi feita a leitura da Resolução em questão. Ao final da leitura, o Sr. Eduardo  
305 Pimenta exprimiu que um dos objetivos da resolução era a manutenção dos  
306 equipamentos comprados com o recurso do Comitê, visto que em um passado recente,  
307 vivenciaram a experiência de depreciação destes com muita rapidez. Assim, alguns  
308 fatores como o baixo calado da lagoa de Araruama, a navegação noturna e a utilização  
309 constante e permanente da embarcação, se não houver uma manutenção adequada e um  
310 local adequado para a guarda, podem degradar esses equipamentos e o Comitê, que  
311 despendeu, em sua gestão passada, grande esforço para a aquisição de equipamentos  
312 novos, não irá atingir o objetivo de ter uma presença ao longo de todo o ano. Perante o  
313 exposto, foi solicitado que os membros se manifestassem quanto à aprovação da  
314 Resolução. Não havendo manifestações contrárias, a mesma foi aprovada. Passou-se  
315 para a aprovação da Resolução que aprovava a aplicação de recursos financeiros do  
316 CBHLSJ no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para armazenagem de  
317 embarcação em marina especializada. O Sr. Eduardo Pimenta contextualizou sobre a  
318 experiência de guardar de embarcação em depósitos cedidos pelas Prefeituras, apesar do  
319 esforço desses órgãos em fazer essa cessão, não havia sido uma boa experiência. Além  
320 disso, não era a maneira mais adequada. Após a leitura da Resolução, o Sr. Eduardo  
321 Pimenta concluiu que esta era uma ação complementar à Resolução aprovada  
322 anteriormente, visando atingir os objetivos já relatados. Não havendo manifestações  
323 contrárias, a Resolução foi aprovada. Dando prosseguimento, seguiu-se para próximo  
324 item de pauta, que tratava sobre a aprovação de recursos de monitoramento para estudo  
325 do Rio Una. O Sr. Arnaldo Villa Nova, da Associação Viva Lagoa, elucidou que se  
326 tratava de uma aprovação de recursos para elaborar o escopo do projeto, o qual será  
327 aprovado primeiro na CT Monitoramento, posteriormente na CTIL e, finalmente, na  
328 Plenária. Ao final de tudo, será elaborado o TR pela Entidade Delegatária. O Sr.  
329 Eduardo Pimenta reiterou que o objetivo era acabar com qualquer tipo de dúvida, no  
330 âmbito da proposta de transposição. A Sra. Margoth Cardoso, da OAB/IG, questionou  
331 se o recurso seria destinado para a elaboração do escopo do projeto. O Sr. Eduardo  
332 Pimenta informou que o recurso era para a contratação do estudo. O Sr. Arnaldo Villa  
333 Nova corroborou a fala do Sr. Eduardo Pimenta, e inteirou que não havia custo para  
334 elaboração de escopo e TR. A Sra. Margoth Cardoso explicou que o motivo do seu  
335 questionamento se deu devido à fala anterior do Sr. Arnaldo Villa Nova, o qual havia  
336 afirmado que essa aprovação era para a elaboração do escopo. O Sr. Arnaldo Villa Nova  
337 esclareceu que no momento estava sendo discutida a aprovação da proposta para iniciar  
338 a elaboração do escopo e, posteriormente, seria aprovado a destinação do recurso para a  
339 contratação do estudo. O Sr. Eduardo Pimenta complementou que o escopo irá  
340 determinar o que será modelado, o objeto de estudo e sua área de abrangência. Enquanto  
341 que o recurso possibilitará a abertura do processo licitatório, através de Edital, para a  
342 contratação do estudo. Tal estudo será balizado por um escopo e por um TR, e irá  
343 dirimir as dúvidas surgidas nos últimos dois meses. Devido à falta de clareza na redação

344 do ponto de pauta, os Srs. Mário Flávio, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, e  
345 Eduardo Pimenta sugeriram a retificação da redação do ponto de pauta de “Aprovação  
346 de recursos de monitoramento para estudo do Rio Uma” para “Aprovação de previsão  
347 orçamentária da ordem de 300 mil para estudos de monitoramento do rio Una, seus  
348 afluentes e sua área estuarina”, para torná-lo mais claro. O Sr. Eduardo Pimenta  
349 explanou que, apesar de existirem muitos estudos sobre Rio Una, o estudo proposto  
350 objetivava esclarecer se realmente haverá impactos negativos no mangue de pedra, na  
351 Praia Rasa e na Marina, em Armação dos Búzios, com a transposição. O Sr. Arnaldo  
352 Villa Nova destacou o evento organizado pela Secretaria do Ambiente, Pesca e  
353 Urbanismo, em comemoração à Semana do Meio Ambiente, que aconteceu no dia  
354 08/06/2021, onde foi debatido sobre a transposição. Afirmou que, na ocasião, o Sr.  
355 Muniz declarou que a transposição traria impactos negativos na flora e fauna do local. O  
356 Sr. Cássio Villani, da Associação Raízes, ponderou que não foi exatamente isso que foi  
357 falado no evento e que o Sr. Arnaldo estava trazendo informações distorcidas. Além  
358 disso, destacou que o mesmo estava se colocando de forma desrespeitosa. O Sr. Arnaldo  
359 Villa Nova solicitou a gravação do evento para apurar o que realmente foi falado. A Sra.  
360 Mônica Casarin, do Conselho Municipal do Meio Ambiente, informou que poderiam  
361 disponibilizar a gravação do evento. A Sra. Margoth Cardoso solicitou que constasse  
362 em ATA que o Sr. Arnaldo Villa Nova se colocou de forma desrespeitosa. Completou  
363 que concordava com a relevância o estudo, mas que deixava claro que era  
364 veementemente contra a transposição, pois entendia que não era a melhor alternativa  
365 para solucionar a questão da poluição hídrica da Região, visto que existiam diversos  
366 estudos inviabilizando essa alternativa. Relembrou do estudo sobre as *Wetlands*, o qual  
367 foi apresentado pela mesma em reunião presencial, antes da pandemia, e que este nem  
368 sequer havia sido cogitado. Se dispôs apresentar novamente, caso necessário. Expressou  
369 que o Comitê estava preso a uma decisão que foi tomada há dez anos, e que não estava  
370 evoluindo, ao não considerar a existência de técnicas mais atuais e mais viáveis. Tendo  
371 em vista que o estudo que estava sendo discutido deveria retornar para aprovação da  
372 Plenária posteriormente, o Sr. Eduardo Pimenta propôs que nesse ínterim fosse  
373 reapresentado ao Comitê o estudo sobre as *Wetlands*. A Sra. Margoth Cardoso  
374 concordou com a sugestão, externando que apresentaria quantas vezes fossem  
375 necessárias. O Sr. Eduardo Pimenta sugeriu, também, colocar o assunto na pauta da  
376 próxima reunião da CT Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos ou CT pertinente que  
377 tivesse adesão mais breve possível dentro do calendário. A Sra. Paloma Arias,  
378 Coordenadora da CT Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos, concordou com a  
379 proposta do Sr. Eduardo Pimenta. Posteriormente, o Sr. Eduardo Pimenta destacou a  
380 manifestação, via *chat*, do Sr. Cassio Villani, onde o mesmo solicitou que não fosse  
381 feito apenas o monitoramento, mas que também contemplasse estudos de impactos no  
382 Córrego da Malhada, Rio Una, Foz do Rio Una, Praia Rasa e Mangue de Pedra, além da  
383 relação da interação dos efluentes com a Corrente do Brasil. O Sr. Eduardo Pimenta  
384 informou que todas essas questões estavam sendo consideradas. Além do mais,  
385 comentou que o Subcomitê do Rio Una estava em um processo avançado de  
386 levantamento dessas questões, convergindo em subsídios para a tomada de decisão  
387 assertiva. Acrescentou que tal estudo irá contemplar todo o contexto, englobando a  
388 expertise já adquirida por estudos anteriores. A Sra. Dulce Tupy, da Colônia Z-  
389 24/Saquarema, manifestou, via *chat*, que hoje em dia havia novas soluções a serem  
390 avaliadas. O Sr. Eduardo Pimenta ratificou a fala da Sra. Dulce Tupy, afirmando que  
391 todas essas questões seriam consideradas. Sem mais comentários, a proposta foi  
392 aprovada pela maioria dos membros. Passando para “Assuntos Gerais”, foi abordado

393 sobre a nova data para a reunião do Subcomitê da Lagoa de Saquarema. A Sra. Edna  
394 Calheiros, da AMEAS, solicitou que fosse remarcado para o dia 30/06, às 10h. O Sr.  
395 Cássio Villani questionou se poderia ser disponibilizado todos os estudos sobre o Rio  
396 Una. O Sr. Eduardo Pimenta informou que a Associação Raízes recebia todos os  
397 documentos pertinentes a esse assunto. Entretanto, estes poderiam ser disponibilizados  
398 novamente. Solicitou ao Consórcio que reenviasse a todos os membros. Não havendo  
399 mais assuntos a serem tratados, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a participação de  
400 todos e finalizou a reunião. Deste modo, eu, Samara M. P. da H. Barros, sob supervisão  
401 de Jéssica Cavalcante Berbat, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada  
402 pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo  
403 Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos  
404 legais. São Pedro da Aldeia, 30 de Novembro de 2021.



**EDUARDO GOMES PIMENTA**  
Presidente do CBH Lagos São João